



Plano Especial de Emergência SANTIAGO 2019



ANEXO- 9

Versão:	Emissão:	PEE - Santiago 2019	Anexo-9	1
VII	Maio/2019			



Plano Especial de Emergência SANTIAGRO 2019



Anexo 09-Referências cartográficas , legislativas e bibliográficas

- Elaboração dos ortofotomapas e mapas através do site www.bing.com/maps;
- Lei nº75/2013, de 12 setembro- (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico)
- Decreto Lei nº45/2019 de 1 de Abril, Lei nº80/2015, de 3 Agosto de 2015 (Lei de Bases da Proteção Civil);
- Decreto Lei nº 44/2019 de 1 de Abril, Lei nº65/2007, de 12 de Novembro(Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de protecção civil e competências do Comandante Operacional Municipal.
- Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio (Sistema Criado peloDecreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro-Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.
- Decreto Lei nº309/2002, de 16 de Dezembro (Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos);
- Decreto Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro com a primeira alteração ao Decreto Lei nº21/2006, de 2 de Fevereiro- Altera o Decreto Lei nº49/2003, de 30 de Março (Quadro de competências do CNOS, CDOS, Comandante Operacional Nacional e Comandante Operacionais Distritais, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº97/2005, de 16 de Junho);
- Decreto Lei nº134/2006, de 25 de julho (Sistema Integrado de Operações e Protecção e Socorro);
- Decreto-Lei nº75/2007, de 29 de março (Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil- ANPC);
- Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro (Define o regime jurídico dos corpos de bombeiros portugueses no território continental);
- Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro (Define o regime jurídico dos corpos de bombeiros no território continental);
- Decreto –Lei nº220/2008, de 12 de Novembro(Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios);
- Decreto n-Lei nº268/2009, de 29 de Setembro(Licenciamento de Recintos Itinerantes e Improvisados);
- Portaria nº1532/2008, de 29 de Novembro (Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios);
- Resolução nº25/2008, de 18 de Julho (Diretiva relativa aos critérios e Normas Técnicas para elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil).

Versão:	Emissão:	PEE - Santiago 2019	Anexo-9	2
VII	Maior/2019			